

# RADAR TRABALHISTA

CPRT  
COMISSÃO DE  
POLÍTICA DE  
RELAÇÕES  
TRABALHISTAS

CBIC



Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 4 – Número 198 – 10/05 à 14/05/2021

## Sumário

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *e-Social*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

## Destaque da Semana

[Sancionada lei que permite afastamento de gestante em meio à crise de Covid-19](#)

Consultor Jurídico - 12/05/2021

Nesta quarta-feira (12/5), o presidente Jair Bolsonaro sancionou lei que garante o afastamento presencial de empregadas grávidas durante o período de crise da Covid-19, sem qualquer prejuízo ao salário. O texto prevê que a funcionária gestante deve permanecer em trabalho remoto, à disposição do empregador, até o fim do estado de emergência em saúde pública.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



## Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

### [STF discutirá responsabilização por divulgação de informações processuais em sites na internet](#)

Supremo Tribunal Federal - 10/05/2021

O caso teve início com uma ação ajuizada por uma pessoa contra os sites de busca Google e Escavador, em razão da divulgação de informações sobre uma reclamação trabalhista apresentada por ela. Sua alegação era de que a publicidade dada ao processo poderia estar inibindo empregadores de contratá-la, por medo de se tornarem réus em possível futura demanda trabalhista. Pedia, por isso, a condenação dos sites ao pagamento de indenização por dano moral e à exclusão das informações..

### [Ministros e juristas discutem os pilares e os desafios das relações trabalhistas](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 14/05/2021

Ministros do Tribunal Superior do Trabalho, juristas e acadêmicos participaram, nesta sexta-feira (14), do [Simpósio Internacional “Primeiro de Maio: pilares e desafios das relações trabalhistas contemporâneas”](#). O evento, idealizado pelo presidente da Comissão de Documentação e Memória do TST, ministro Mauricio Godinho Delgado, faz parte da Semana da Memória na Justiça do Trabalho, realizada anualmente pelo Tribunal Superior do Trabalho.

### [Mantida penhora de 15% da aposentadoria de devedor trabalhista](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 14/05/2021

A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou recurso de um engenheiro civil aposentado que teve 15% do valor líquido de sua remuneração penhorado para o pagamento de dívida trabalhista. Por unanimidade, os ministros concluíram que a apreensão judicial seguiu corretamente as regras previstas

no Código de Processo Civil (CPC).

### [Empregada demitida menos de dois anos antes de se aposentar não receberá indenização](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 14/05/2021

A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho afastou a condenação do Serviço Social da Indústria (Sesi) ao pagamento de indenização a uma ex-empregada dispensada quando faltavam menos de dois anos para ela se aposentar. Para o colegiado, a dispensa próxima à aquisição do direito à aposentadoria, por si só, não caracteriza dano moral.

### [Trabalhador aposentado não consegue reverter decisão que suspendeu seu processo](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 13/05/2021

Na reclamação trabalhista, o aposentado pretendia receber a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) de 2014 e 2015, em iguais condições aos empregados da ativa. No entanto, o juízo da 2ª Vara do Trabalho de Curitiba (PR) suspendeu a tramitação do processo com fundamento na decisão do ministro Gilmar Mendes, do STF, que, na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 323, determinou a suspensão nacional de todos os processos referentes à aplicação da ultratividade de normas de acordos e de convenções coletivas.

### [Bancária contratada antes da Reforma Trabalhista receberá hora cheia por redução de intervalo](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 12/05/2021

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou o Itaú Unibanco S.A. a pagar uma hora extra para uma operadora de caixa para cada intervalo intrajornada não concedido integralmente. A condenação abrange, também, o período posterior à vigência da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017), que passou a prever apenas o pagamento, como extras, dos minutos suprimidos. Segundo o colegiado, a alteração legislativa não alcança os contratos de trabalhadores que já tinham o direito ao pagamento integral da parcela, que tem natureza salarial.

### [Empresa ferroviária é condenada por discriminação de trabalhadores com deficiência](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 10/05/2021

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho não admitiu recurso da ALL - América Latina Logística Malha Sul S.A. contra decisão que a condenou por atos de discriminação contra trabalhadores com deficiência, como restrições no processo seletivo e falta de acessibilidade nos espaços físicos. Entre as determinações da Justiça estão o pagamento

de indenização por dano moral coletivo no valor de R\$ 200 mil.

[Repetitivo discute comprovação da eficácia dos EPIs para reconhecimento de tempo especial pelo INSS](#)

Superior Tribunal de Justiça - 13/05/2021

A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu afetar o Recurso Especial 1.828.606, de relatoria do ministro Herman Benjamin, para julgamento sob o rito dos repetitivos. A questão submetida a julgamento, cadastrada como Tema 1.090 na base de dados do STJ, está definida da seguinte forma:

“1) Se, para provar a eficácia ou ineficácia do EPI (Equipamento de Proteção Individual) para a neutralização dos agentes nocivos à saúde e integridade física do trabalhador, para fins de reconhecimento de tempo especial, basta o que consta do PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário), ou se a comprovação pode ser por outros meios probatórios e, nessa última circunstância, se a prova pericial é obrigatória;

2) Se é possível impor rito judicial instrutório rígido e abstrato para apuração da ineficácia do EPI, como fixado pelo tribunal de origem, ou se o rito deve ser orientado conforme os elementos de cada contexto e os mecanismos processuais disponíveis na legislação adjetiva;

3) Se a corte regional ampliou o tema delimitado na admissão do IRDR e, se positivo, se é legalmente praticável a ampliação;

4) Se é cabível fixar de forma vinculativa, em julgamento de casos repetitivos, rol taxativo de situações de ineficácia do EPI e, sendo factível, examinar a viabilidade jurídica de cada hipótese considerada pelo tribunal de origem (enquadramento por categoria profissional, ruído, agentes biológicos, agentes cancerígenos e periculosidade);

5) Se é admissível inverter, inclusive genericamente, o ônus da prova para que o INSS demonstre ausência de dúvida sobre a eficácia do EPI atestada no PPP”.



## Notícias do Executivo

### [INSS retoma bloqueio de benefícios por falta de prova de vida](#)

Ministério da Economia - 13/05/2021

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) retoma, a partir da competência do mês de maio, a rotina de bloqueio dos créditos dos benefícios por falta de prova de vida para os residentes no Brasil. De acordo com a [Portaria nº 1.299](#), publicada no Diário Oficial da União desta quinta-feira (13/5), a rotina terá início com aqueles benefícios sobre os quais não houve comprovação de vida por nenhum canal disponível para tal procedimento, sendo estes selecionados para integrar o primeiro lote do processo de comprovação de vida por biometria facial.

### [Radar SIT: 314 trabalhadores foram resgatados de trabalho escravo em 2021](#)

Ministério da Economia - 13/05/2021

De janeiro até 13 de maio, foram concluídas 72 ações fiscais para a erradicação do trabalho análogo ao escravo, sendo que 37 foram autuados por submeterem um total de 314 trabalhadores a essas condições. Para efeito comparativo com o ano anterior, de janeiro a maio de 2020 haviam sido concluídas 26 ações fiscais e 30 trabalhadores tinham sido resgatados.

### [Secretaria de Previdência lança Guia de Economia Comportamental](#)

Fundacentro - 13/05/2021

A Secretaria de Previdência, por meio da Subsecretaria do Regime de Previdência Complementar (SURPC), lançou nesta quarta-feira (12/5) o [Guia de Economia Comportamental aplicada à Previdência Privada](#). A divulgação foi feita durante uma live promovida pela SURPC no canal da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp). O objetivo do material é motivar os agentes do segmento de previdência complementar a utilizarem os elementos das ciências comportamentais

para atrair e reter os participantes nos planos.

### [Conselho Curador do FGTS aprova medidas que facilitam uso do Fundo para aquisição da casa própria](#)

Ministério da Economia - 11/05/2021

O Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CCFGTS) aprovou, em sua 179ª reunião, nesta terça-feira (11/5), duas medidas para facilitar o uso dos recursos do Fundo em financiamentos para aquisição da casa própria. Uma delas atualiza os procedimentos adotados na portabilidade de financiamentos habitacionais concedidos com recursos do FGTS. Outra regulamenta a movimentação da conta vinculada do FGTS para pagamento das prestações de financiamentos fora do âmbito do Sistema Financeiro de Habitação (SFH).

### [Análise de acidentes em indústria contribui para ressarcimento de quase R\\$ 3 milhões ao INSS](#)

Ministério da Economia - 10/05/2021

A análise de acidentes de trabalho realizada pela Inspeção do Trabalho do Ministério da Economia foi decisiva para o ressarcimento de quase R\$ 3 milhões ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Isso foi possível a partir de dez ações regressivas acidentárias movidas pela Advocacia-Geral da União (AGU) em face de uma única indústria de artefatos de borracha de Santa Catarina.

### [Tecnologista da Fundacentro discute impactos da nanotecnologia na SST](#)

Fundacentro - 11/05/2021

As nanopartículas engenheiradas ou manufaturadas são criadas para a aplicação em diferentes segmentos da indústria. O setor de eletrônicos possui 1926 produtos que contêm nanotecnologia, seguido por medicamentos com 1087, construção com 864 e cosméticos com 859. Os números, da Statnano (2021), apresentados pela tecnologista da Fundacentro, Valéria Pinto, evidenciam como os nanomateriais fazem parte de nossas vidas. Mas qual o impacto na saúde dos trabalhadores? É possível ter um ambiente de trabalho seguro?

## Notícias do Ministério Público do Trabalho

### [MPT define lista sêxtupla para vaga de ministro do TST reservada à instituição](#)

Ministério Público do Trabalho - 14/05/2021

Em eleição virtual realizada nesta sexta-feira (14), o Ministério Público do Trabalho (MPT) definiu a lista sêxtupla para a vaga do quinto constitucional do Tribunal Superior do Trabalho (TST) reservada ao Ministério Público do Trabalho (MPT). Ao todo, 685 procuradoras e procuradores do MPT de todo o Brasil, totalizando 1767 votos.

### [Em 25 anos, MPT e Grupo Especial de Fiscalização Móvel atuaram no resgate de 55.712 vítimas do trabalho análogo à escravidão](#)

Ministério Público do Trabalho - 13/05/2021

Entre 1995 e 2020, 55.712 pessoas foram encontradas em condição análoga à de escravo no país pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel, sendo 942 vítimas no ano passado, de acordo com a ferramenta desenvolvida pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

## Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

### [Cartilha explica trabalho escravo contemporâneo em cinco idiomas](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 14/05/2021

A campanha Proteja o Trabalho lançou a cartilha “[Será que estou sendo vítima de trabalho escravo?](#)”, nesta quarta-feira, dia 12 de maio, com informações sobre trabalho escravo contemporâneo. A realização é uma iniciativa da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) em parceria com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Organização Internacional para as Migrações (OIM).





## Notícias do e-Social

### [Suspensa temporariamente a implantação da versão S-1.0](#)

eSocial - 14/05/2021

Foi determinada a suspensão temporária da implantação da versão S-1.0 do eSocial programada para o próximo dia 17, após a Dataprev ter reportado na última quarta-feira (12) problemas na internalização dos eventos na nova versão. Os riscos estão sendo avaliados em razão do possível impacto na concessão de benefícios previdenciários, do seguro desemprego, além do Benefício Emergencial – BEm e Auxílio Emergencial aos trabalhadores, o que motivou a suspensão da implantação.

### [Nota Orientativa 04/2021 traz alterações no prazo para envio dos eventos S-2220 e S-2240](#)

eSocial - 11/05/2021

Em 10 de maio de 2021, foi publicada a [Nota Orientativa nº S-1.0 – 04/2021](#), a qual trouxe importantes mudanças no prazo para envio dos eventos S-2220 – Monitoramento da Saúde do Trabalhador e S-2240 – Condições Ambientais do Trabalho – Agentes Nocivos. Importante destacar que não houve qualquer alteração no início da obrigatoriedade da 4ª fase, estabelecida na Portaria Conjunta N° 76, de 22 de outubro de 2020.

### [Darf avulso para pagamento de contribuições previdenciárias não vai mais ser emitido](#)

eSocial - 10/05/2021

Receita Federal desativou a opção de emissão do Darf avulso para recolhimento das contribuições previdenciárias para cidadãos obrigados à DCTFWeb. O Darf avulso com código de receita 9410 foi criado em 2018 para que os contribuintes com dificuldades técnicas no fechamento da folha de pagamento no eSocial (Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas) ou com dificuldades no processamento do EFD-Reinf (Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais) pudessem realizar o pagamento das contribuições previdenciárias.

## Outras Notícias

### [Lei que instituiu home office para grávidas deixou lacunas, dizem advogadas](#)

Consultor Jurídico - 16/05/2021

A Lei 14.151, que instituiu o trabalho remoto para mulheres grávidas enquanto durar o estado de calamidade de saúde por causa da Covid-19, deixou algumas brechas, apontadas por especialistas.

### [Redução de salário em meio à crise de Covid-19 exige acordo escrito](#)

Consultor Jurídico - 15/05/2021

A redução de salário durante a crise de Covid-19 só pode ocorrer com a concordância do empregado. Dessa forma, a Vara do Trabalho de Nova Mutum (MT) condenou uma escola a pagar a remuneração integral a uma auxiliar de serviços gerais.

### [Justiça valida justa causa de funcionária grávida que não justificou faltas](#)

Consultor Jurídico - 14/05/2021

Por constatar a intenção de não mais comparecer ao trabalho, a 2ª Vara do Trabalho de São Caetano do Sul (SP) manteve a dispensa por justa causa de uma empregada grávida que não justificou suas faltas por meio de atestado.

### [Trabalhadora que não quis se vacinar pode ser dispensada por justa causa](#)

Consultor Jurídico - 13/05/2021

A necessidade de proteção da saúde de todos os trabalhadores e pacientes de hospital deve se sobrepor ao direito individual de se abster da imunização. Com esse entendimento, a 2ª Vara do Trabalho de São Caetano do Sul (SP) validou a dispensa por justa causa de uma auxiliar de limpeza de hospital que se negou a tomar a vacina contra a Covid-19.



## Atos Normativos

[SOLUÇÃO DE CONSULTA RFB Nº 1.001, DE 6 DE ABRIL DE 2021](#) (DOU de 11/05/2021 Seção I Pág. 23) - Compensação Tributária. Débito de Contribuições Previdenciárias de Período de Apuração Posterior à Utilização do eSocial. Decisão Judicial Transitada em Julgado que Reconhece Crédito Referente a Período de Apuração Anterior à Utilização do eSocial. Impossibilidade;

[SOLUÇÃO DE CONSULTA RFB Nº 1.002, DE 6 DE ABRIL DE 2021](#) (DOU de 11/05/2021 Seção I Pág. 23) - Compensação Tributária. Débito de Contribuições Previdenciárias de Período de Apuração Posterior à Utilização do eSocial. Decisão Judicial Transitada em Julgado que Reconhece Crédito Referente a Período de Apuração Anterior à Utilização do eSocial. Impossibilidade;

[EDITAL Nº 3, CRPS/ SEPRT/ME, DE 7 DE MAIO DE 2021](#) (DOU de 11/05/2021 Seção III Pág. 29) - Torna público o resultado dos julgamentos das contestações apresentadas pelas empresas relativamente ao processamento do Fator Acidentário de Prevenção - FAP anual 2015, com vigência em 2016. Caberá recurso da decisão proferida no prazo de 30 dias, contados da data da publicação deste Edital;

[LEI Nº 14.151, DE 12 DE MAIO DE 2021](#) (DOU de 13/05/2021 Seção I Pág. 04) - Dispõe sobre o afastamento da empregada gestante das atividades de trabalho presencial durante a emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do novo coronavírus;

[RESOLUÇÃO CCFGTS Nº 993, DE 11 DE MAIO DE 2021](#) (DOU de 13/05/2021 Seção I Pág. 115) - Aprova condições e procedimentos a serem adotados na portabilidade de financiamentos habitacionais concedidos com recursos do FGTS;

[RESOLUÇÃO CCFGTS Nº 994, DE 11 DE MAIO DE 2021](#) (DOU de 13/05/2021 Seção I Pág. 116) - Regulamenta a movimentação da conta vinculada FGTS para pagamento total ou parcial do preço de aquisição da moradia própria, para liquidação, amortização ou pagamento de parte das prestações decorrentes de financiamentos habitacionais;

[RESOLUÇÃO CCFGTS N° 995, DE 11 DE MAIO DE 2021](#) (DOU de 13/05/2021 Seção I Pág. 118) - Aprova o Regimento Interno do Comitê de Auditoria e Riscos, órgão de assessoramento do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (CCFGTS);

[RESOLUÇÃO CCFGTS N° 998, DE 11 DE MAIO DE 2021](#) (DOU de 13/05/2021 Seção I Pág. 118) - Declara a revogação das Resoluções do Conselho Curador já revogadas tacitamente ou cujos efeitos tenham se exaurido no tempo;

[PORTARIA INSS N° 1.299, DE 12 DE MAIO DE 2021](#) (DOU de 13/05/2021 Seção I Pág. 316) - Dispõe sobre a retomada do bloqueio dos créditos dos benefícios por falta de realização da comprovação de vida;

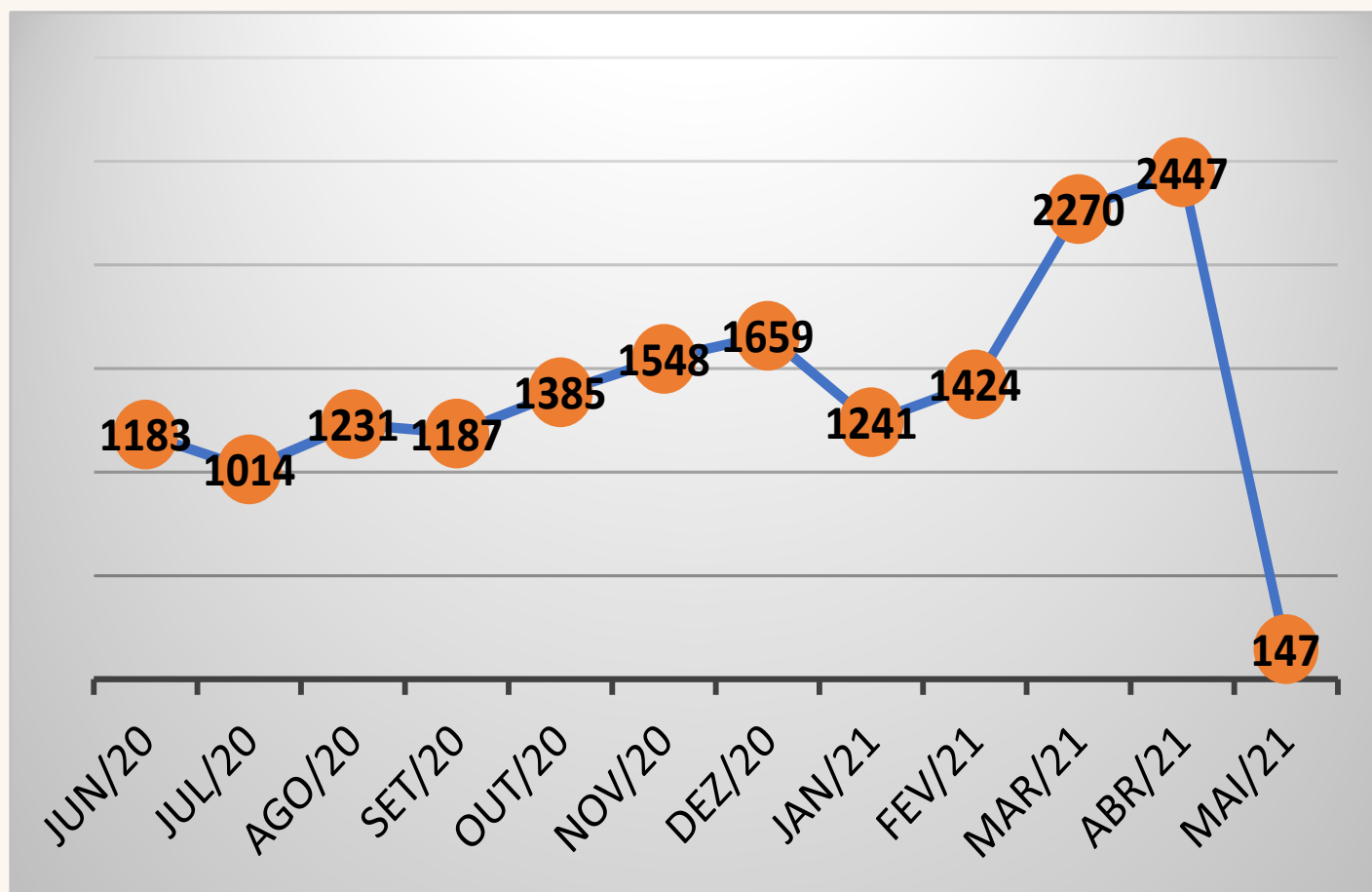
[PORTARIA MMFDH N° 1.620, DE 13 DE MAIO DE 2021](#) (DOU de 14/05/2021 Seção I Pág. 60) - Atualiza o Pacto Federativo para a Erradicação do Trabalho Escravo;

[EDITAL N° 5, CRPS/ SEPRT/ME DE 12 DE MAIO DE 2021](#) (DOU de 14/05/2021 Seção III Pág. 50) - Torna público o resultado dos julgamentos das contestações apresentadas pelas empresas relativamente ao processamento do Fator Acidentário de Prevenção - FAP anual 2015, com vigência em 2016. Caberá recurso da decisão proferida no prazo de 30 dias, contados da data da publicação deste Edital.



## Dados estatísticos de Fiscalização

Número de autos de infração (legislação trabalhista / segurança e saúde no trabalho) lavrados pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) nos últimos 12 meses (junho/20 a maio/21):



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

### **Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)**

*José Carlos Martins*

*Presidente*

### **Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)**

*Fernando Guedes Ferreira Filho*

*Presidente da CPRT*

*Gilmara Dezan*

*Gestora de Projetos e Assessora da CPRT*

### **Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas**

*Clovis Veloso de Queiroz Neto*

*Consultor CBIC e Responsável Técnico*

### **Projeto Gráfico**

*Paulo Henrique Freitas de Paula*